

A ALTERNÂNCIA DO GÊNERO MASCULINO/FEMININO NO CONTATO LINGÜÍSTICO ENTRE O PORTUGUÊS E O ITALIANO EM SANTA CATARINA

Maria Isabel BORGES (UFSC)¹

RESUMO: Neste trabalho, nós procuramos descrever a alternância do gênero masculino/feminino no contato lingüístico entre o português e o italiano, em Santa Catarina, com base nos dados cartografados no *ALERS (Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil)*.

RÉSUMÉ: Dans cet travail, nous cherchons décrire l'alternance du genre masculin/féminin dans le contact linguistique entre le portugais et le italien, dans Santa Catarina, à partir de la base de données d'*ALERS (Atlas Linguistique-Ethnographique de la Région Sud du Brésil)*.

1. Considerações iniciais

Não há uma política lingüística no Brasil que propicie, de fato, o respeito à diversidade cultural-lingüística e tampouco uma ampla gama de estudos acerca do bilingüismo ou contato lingüístico entre o português e as línguas de imigrantes (MARGOTTI, 2004). Porém, há no Brasil iniciativas de mapeamento da variação diatópica, com base na metodologia da geolingüística, como é o caso do *ALERS (Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil)*. Com ele, é possível visualizar os pontos de contato lingüístico ou não entre as línguas de imigrantes com o português na Região Sul do Brasil. Dentre a pluralidade de línguas de imigrantes nessa região — como o alemão, o italiano, o polonês, o ucraniano, o espanhol etc. —, neste trabalho, será colocado em discussão o contato lingüístico entre o italiano e o português, mais precisamente, a alternância do gênero masculino/feminino em palavras uniformes (*alface, alfinete, cal, chaminé, dó, gilete, sabonete, pá, saca-rolhas, fantasma, soja e tapa*) cartografadas no *ALERS*.

Busca-se, neste trabalho, descrever a alternância de gênero masculino/feminino em palavras uniformes no contato lingüístico entre o português e o italiano, em Santa Catarina, com base nos dados do *ALERS (Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil)*. Para alcançar-se tal objetivo, a discussão e a análise dos dados pautam-se nos parâmetros metodológicos da geolingüística.

Este artigo é constituído, além destas *Considerações iniciais*, primeiramente, de uma seção destinada à explicitação da *Base teórica*, pautada nas idéias da geolingüística e nos trabalhos sobre bilingüismo ou contato lingüístico; secundariamente, de uma seção focada na *Base metodológica*, a fim de apontar a abordagem e o tratamento dos dados a serem analisados em *Análise e discussão dos dados*. Por fim, este artigo encerra-se com as *Considerações finais*.

Base teórica

1. Bilingüismo ou contato lingüístico: algumas concepções e possibilidades descritivas

Não há um consenso entre os estudiosos em relação às concepções de bilingüismo ou contato lingüístico. Dentre as várias concepções circulantes nos estudos acerca do bilingüismo ou contato lingüístico, podem-se citar a definição de Mackey (1972):

Bilingüismo não é um fenômeno de língua; é uma característica de seu uso. Não é um traço do código mas da mensagem. Não pertence ao domínio da “langue” mas da “parole” (MACKEY, 1972, p. 554, tradução nossa)².

O bilingüismo ou contato lingüístico é um fato lingüístico que se manifesta na fala, no uso feito pelo falante de duas ou mais línguas. Assim, com base em Appel e Muysken (1992), podem haver dois tipos de bilingüismo ou contato lingüístico: o social e o individual. Aquele consiste numa sociedade que faz uso de duas ou mais línguas, enquanto este não é possível definir precisamente, podendo abranger questões

¹ E-mail: belborges1@hotmail.com.

² “*Bilingualism* is not a phenomenon of language; it is a characteristic of its use. It is not a feature of the code but the message. It does not belong to the domain of ‘langue’ but of ‘parole’”.

psicológicas ou sociológicas do indivíduo. Teoricamente há três possibilidades de manifestação do bilingüismo social: 1) duas línguas são faladas por dois grupos monolíngües diferentes; 2) todos os falantes são bilíngües; e 3) dois grupos de falantes em que um é monolíngüe e o outro é bilíngüe.

Retomando a concepção de Mackey (1972), pode-se dizer que, apesar da imensurabilidade conceitual, afirmada por Appel e Muysken (1992) anteriormente, de bilingüismo ou contato lingüístico, é possível realizar estudos descritivos e explicativos sobre tal fenômeno da fala em uso de um falante, pois:

Bilingüismo é um parâmetro comportamental de práticas lingüísticas mutuamente modificadas, variando em grau, função, alternância e interferência. É, em termos dessas quatro características inerentes, que bilingüismo pode ser descrito (MACKEY, 1972, p. 556, tradução nossa)³.

De um modo geral, Mackey (1972) aponta quatro variáveis: grau, função, alternância e interferência. A variável de grau pode ser subdividida em habilidade de compreensão (ouvir e falar) e em expressão (falar e escrever). A função pode ser externa — que pode ser uma variação de duração, freqüência, pressão ou pode constituir formas de contatos lingüísticos na comunidade, na escola, em casa, por meios de comunicação ou por meio de correspondência pessoal etc. — ou interna quando se remete às questões de uso ou de atitude. A alternância pode estar ligada ao tópico, à pessoa ou à tensão, dentre outros fatores. E a interferência se define a partir de outras variáveis:

As características externas de grau, função e alternância determinam a interferência de uma língua sobre uma outra na fala de bilíngües. Interferência é o uso de traços pertencentes a uma língua na fala ou escrita de uma outra.

A descrição de interferência deve ser distinta da análise de empréstimos de língua. A primeira é um traço de “parole”; a última de “langue”. Aquela é individual e contingente; a outra é coletiva e sistemática (MACKEY, 1972, p. 569, tradução nossa)⁴.

A interferência distancia-se de um empréstimo lingüístico porque atinge a fala, ou seja, o uso feito por um falante, podendo ser individual ou eventual, e ainda, segundo Mackey (1972), pode ser cultural, semântica, fonológica, lexical ou gramatical. O autor em questão sugere três procedimentos para realizar-se a descrição de um fenômeno de bilingüismo ou contato lingüístico.

A descrição de interferência requer três procedimentos: (1) a descoberta de exatamente quais elementos externos são introduzidos pelo falante em sua fala; (2) a análise do que ele faz com elas — suas substituições e modificações; (3) a mensuração da extensão de quais elementos externos repõem elementos nativos (MACKEY, 1972, p. 573, tradução nossa)⁵.

Como este trabalho se concentra na alternância do gênero masculino/feminino em palavras uniformes no contato português-italiano, serão colocados em foco aspectos da interferência gramatical, tanto conforme Mackey (1972), quanto Camara Jr. (1964 e 2002) e Margotti (1991), que são lingüistas. Será trazida à baila a visão da norma instituída pela gramática padrão do português, sob o ponto de vista de Bechara (2004).

2. A alternância de gênero masculino/feminino em palavras uniformes no contato português-italiano

Retomando as idéias de Mackey (1972, p. 576) a respeito da interferência gramatical, trata-se de um fato lingüístico que traz para “... a fala de bilíngües de unidades e estruturas de partes externas de fala, categorias gramaticais e funções formais...”⁶. Para ele, a mais simples interferência gramatical é a de gênero e consiste na tendência de transporte do gênero de uma língua para a estrutura gramatical de uma outra.

³ “Bilingualism is a behavioural pattern of mutually modifying linguistic practices varying in degree, function, alternation, and interference. It is in terms of these four inherent characteristics that bilingualism may be described”.

⁴ “The foregoing characteristics of degree, function, and alternation determine the interference of one language with another in the speech of bilinguals. Interference is the use of features belonging to one language while speaking or writing another. The description of interference must be distinguished from the analysis of language borrowing. The former is a feature of “parole”; the latter of “langue”. The one is individual and contingent; the other is collective and systematic”.

⁵ “The description of interference requires three procedures: (1) the discovery of exactly what foreign element is introduced by the speaker into his speech; (2) the analysis of what he does with it — his substitutions and modifications; and (3) a measurement of the extent to which foreign elements replace native elements”.

⁶ “... the speech of bilinguals of units and structures of foreign parts of speech, grammatical categories, and functions forms...”.

Camara Jr. (1964, p. 130) descreve como constitui a categoria nominal de gênero em português e em outras línguas românicas⁷:

Em português e demais línguas românicas, da mesma sorte que no árabe, ou no hebraico, há uma divisão em MASCULINO e FEMININO, em que se repartem todos os nomes sem exceção.

A distribuição, quanto aos nomes de animais, indica certa associação entre as duas classes e as noções de MACHO e FÊMEA. Traduzem assim a intenção de tratar linguisticamente esses nomes pelo critério do SEXO dos seres.

A divisão da categoria de gênero em dois — masculino e feminino — parece, em princípio, descrever o sexo. Porém, há fragilidades, pois “os nomes” que denotam “coisas inanimadas também são distribuídos nas duas classes”, segundo Camara Jr. (1964, p. 130). O linguísta acrescenta que as designações de animais também se subdividem em machos e fêmeas, e ainda, há designações que não se diferenciam quanto ao gênero. Trata-se das palavras uniformes, nas quais a distinção entre masculino e feminino não é marcada morfologicamente, ou seja, não há uma forma para cada gênero. Essa uniformidade ocorre tanto em nomes designantes de animais (a lebre, o elefante etc.) quanto naqueles designantes de seres animados (a testemunha, o cômjuge, a criança etc.).

Apesar da fragilidade apontada por Camara Jr. (1964 e 2002), a distinção de gênero refere-se à morfologia nominal (às vezes) e possui funções semânticas, pois, por exemplo, a palavra “cabeça”, quando utilizada no feminino, denota uma parte do corpo, enquanto usada no masculino, adere uma significação metafórica: o chefe.

Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino — feminino serve freqüentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como jarro — jarra, barco — barca etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em urso — ursa, menino — menina (CAMARA Jr., 2002, p. 88).

Ao lado dessa função semântica, a diferenciação do gênero masculino/feminino também está relacionada a uma idéia geral ou a uma idéia específica.

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (jarra é uma espécie de <<jarro>>, barca um tipo especial de <<barco>>, como ursa é fêmea do animal chamado urso, e menina uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de <<menino>>) (CAMARA Jr., 2002, p. 88-89).

Camara Jr. (2002, p. 89) aponta uma incoerência em relação à obscuridade quando se trata de uma questão morfológica ou lexical. Em português, por um lado, há “substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos”, como ocorrem com as palavras “mulher” e “homem”, que são respectivamente sempre tidas como feminina e masculina. Por outro lado, a palavra “galinha” é o diminutivo de “galo”, não se tratando de uma questão morfológica, e sim, lexical, uma vez que envolve um processo de formação derivacional.

Por fim, Camara Jr. (2002, p. 89) afirma que:

... não cabe para os substantivos <<epícnos>>, referentes a certos animais, falar numa distinção de gênero expressa pelas palavras macho e fêmea. Em primeiro lugar, o acréscimo não é imperativo e podemos falar (como usualmente fazemos) em cobra e tigre sem acrescentar obrigatoriamente aqueles termos. Em segundo lugar, o gênero não mudou com a indicação precisa do sexo. Continuamos a ter a cobra macho, no feminino, como assinala o artigo feminino a, e com o artigo masculino o continuamos a ter masculino o tigre fêmea.

Antes de demonstrar-se sucintamente a flexão de gênero, conforme as prescrições da gramática normativa, segue-se uma conclusão do linguísta Camara Jr. (1964, p. 139) sobre o assunto em questão.

⁷ As línguas românicas, de uma maneira geral e a grosso modo, são aquelas originadas do latim vulgar, que são: o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o rético, o romeno, o sardo e o dalmático (hoje língua não mais falada) (ILARI, 2000).

O gênero, tal como conhecemos nas línguas indo-européias e semíticas, é um caso particular da divisão dos nomes em classes, na base de morfemas, por critérios complexos, variados e incertos. No nosso masculino e feminino interfluem um sistema sexual, um hierárquico, além de outros critérios subsidiários; no neutro entra ora a noção de inanimado, ora a de coisa. A analogia, convencional e arbitrária, amplia as classes e torna ainda mais vagos os critérios diretores. À analogia significativa acrescenta-se a analogia formal, que tende a fazer do gênero muitas vezes uma pura divisão mórfica.

Assim, a categoria de gênero ilustra bem o que há de variável, complexo e convencionalmente arbitrário nas categorias gramaticais e como elas se distanciam das categorias lógicas.

Quando se faz diferença de gênero masculino/feminino, a flexão dos substantivos segue o aspecto da biformidade, porém há substantivos que estão sujeitos ao aspecto da uniformidade morfológica. Quanto a este aspecto, Bechara (2004) mostra-se em concordância com Camara Jr. (1964 e 2002) em relação à inconsistência do gênero, pois a “distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma; nada justifica serem, em português, masculinos *lápis, papel, tinteiro* e femininos *caneta, folha e tinta*” (BECHARA, 2004, p. 133). Há uma tentativa, na gramática normativa do português, de distinguir os substantivos uniformes referentes a seres inanimados (epícenos ou promíscuos) daqueles referentes a seres animados (sobrecomuns e comuns de dois). Todavia, tal tentativa complexificou a questão.

Mesmo nos seres animados, as formas do masculino ou do feminino podem não determinar a diversidade do sexo, como ocorre com os substantivos chamados epícenos (aplicados a animais irracionais), cuja função semântica é só apontar para a espécie: a cobra, a lebre, a formiga ou o tatu, o colibri, o jacaré, ou os substantivos aplicados a pessoas denominados de comuns de dois, distinguidos pela concordância: *o/a estudante, este/esta consorte, reconhecido/reconhecida mártir*, ou ainda os substantivos de um só gênero denominados sobrecomuns, aplicados a pessoas, cuja referência a homem ou a mulher só se depreende pela referência anafórica do contexto: *o algoz, o carrasco, o cônjuge* (BECHARA, 2004, p. 133).

Após demonstrar como se constitui a categoria de gênero em português — não se restringindo apenas à demonstração da estrutura normatizada, mas também à apresentação de incoerências entre a norma e o uso —, Bechara (2004) aponta gêneros que podem suscitar dúvida e, com base neste gramático e em *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1994/1995)⁸, os substantivos uniformes cartografados pelo ALERS, em se tratando do contato português-italiano, são classificados no gênero masculino/feminino abaixo descrito:

- *alface, cal, chaminé, gilete, pá* e *soja* são substantivos cujo gênero é feminino;
- *alfinete, dó, sabonete, saca-rolhas, fantasma* são substantivos uniformes de gênero masculino; e
- *tapa* é um substantivo uniforme de gênero indiferentemente masculino ou feminino.

Elucidada a categoria de gênero das doze palavras uniformes a serem analisadas, neste trabalho, a partir dos dados cartografados no ALERS, prossegue-se com a *Base metodológica*. Além disso, busca-se verificar a) se as palavras uniformes com vogal temática em *-a* ou *-e* tendem a ser marcadas como femininas e b) se há uma maior tendência de um falante bilíngüe em italiano e português desviar-se da norma-padrão quando faz a distinção de gênero das palavras uniformes.

⁸ Obra em dezenove fascículos semanais encartados na **Folha de São Paulo**, de outubro de 1994 a fevereiro de 1995.

Base metodológica

1. A pesquisa: tipo, contexto e sujeitos

Segundo Altenhofen (2004, p. 83), a política lingüística⁹, em se tratando de línguas de imigrantes, configura-se a partir de uma situação histórica ambivalente, pois, no Brasil, “pode-se dizer, a política lingüística para essas populações de imigrantes alternou *entre momentos de indiferença e de imposição severa de medidas prescritivas e proscritivas*”. Com base nos trabalhos desenvolvidos tanto por Altenhofen (2004) quanto por Margotti (2004), pode-se dizer que a política lingüística, no Brasil, não foi emancipatória ou democrática, pelo contrário, foi impositiva. Dentre as medidas impositivas, podem-se destacar a proibição da expressão da língua geral, no início do século XVIII, pelo Marquês de Pombal e o impedimento do ensino das línguas de imigrantes, sobretudo a alemã e a italiana, durante o getulismo.

O auge dessa política repressiva é atingido com a política de nacionalização do ensino implementada a partir de 1938 pelo governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que levou ao fechamento de escolas e à proibição do uso das línguas dos imigrantes, principalmente alemão e italiano (ALTENHOFEN, 2004, p. 84).

Além da política lingüística opressiva sobre as línguas de imigrantes, é importante apresentar, de modo breve, alguns aspectos históricos do contato lingüístico entre o italiano e o português em Santa Catarina.

Margotti (2004) dedica um capítulo de sua tese de doutorado *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no Sul do Brasil* à contextualização histórico-lingüística do contato em questão. No entanto, nesta seção, serão mencionados aspectos históricos acerca dos imigrantes italianos apenas em Santa Catarina, porque se trata do contexto social a ser analisado mais adiante.

De um modo geral, a imigração de italianos para Santa Catarina, assim como para outras regiões da América, entre os séculos XIX e XX, visava branquear tais locais, substituindo a mão-de-obra escrava pela do imigrante.

A vinda de imigrantes italianos à Santa Catarina não foi uma situação social, econômica e política fácil, pois houve casos de exploração, dificuldades de instalação em função de regiões de difícil acesso, dentre outras dificuldades. Em Santa Catarina, os imigrantes italianos fundaram as seguintes cidades: Rios dos Cedros, Rodeio, Acurra, Apiúna, Botuverá, Nova Trento, Luiz Alves, Azambuja, Urussanga, Grão-Pará, Orleans, Nova Veneza, Nova Beluno (Siderópolis). Os ítalo-brasileiros, segundo Margotti (2004), com base em Furlan (1997), representam atualmente 22% da população catarinense. Além disso, vale ressaltar que os imigrantes italianos, quando se instalaram em Santa Catarina, em princípio, viviam em lugares de difícil acesso: regiões montanhosas e tomadas por florestas. Em seguida, buscando novas oportunidades (terras a serem colonizadas), os italianos deslocavam-se para outras localidades.

Desde a entrada dos imigrantes italianos no Brasil, seus descendentes — os ítalo-brasileiros — transportam tanto a cultura quanto a língua, que estão sujeitas a transformações. A língua, em especial, em função das transformações sócio-históricas, resultou na formação da coíné vêneta.

Assim, neste trabalho, tenta-se descrever e explicar, em contextos de contato italiano-português, em Santa Catarina, a alternância do gênero masculino/feminino em palavras uniformes.

2. Dados: descrição, procedimentos para a montagem e para a análise

Como foram elucidados antes, os dados a serem analisados foram cartografados no *ALERS*, sendo necessário, por esta razão, uma breve apresentação do projeto esboçado e norteador da construção do *ALERS*, que é posto em execução em três estados sulistas — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — cujas lideranças estaduais de cada um deles remetem-se à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O objetivo principal do projeto do *ALERS* concentra-se na abordagem da geolingüística (geografia lingüística), procurando “... ampliar o conhecimento da língua portuguesa do Brasil e carrear dados para uma

⁹ Altenhofen (2004) baseia-se em Calvet (2002, p. 145) para definir política lingüística: “Chamaremos de *política lingüística* um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e *planejamento lingüístico* a implementação prática de uma política lingüística, em suma, a passagem ao ato”.

teoria da variação lingüística no espaço, na forma da coleta, ordenação e tratamento cartográfico de variante usadas na Região Sul” (ALERS, 2002, v. 1, p. 17).

A orientação seguida pelo atlas em questão atrela aspectos descritivos a explicativos, ou seja, não há somente uma preocupação em fotografar, registrar o funcionamento da língua portuguesa no espaço, mas também há uma busca pela explicação dos usos lingüísticos na Região Sul do Brasil. Para tanto, dá-se privilégio a determinados métodos da monodimensionalidade:

Este estudo deriva do interesse básico pelo português em sua historicidade, orientando a pesquisa para uma etnografia da variação espacial. Levantamentos dessa natureza privilegiam o léxico — confluência de língua e cultura, coletado mediante a aplicação sistemática de um questionário, através do qual se assegura uma base de comparação entre os dados recolhidos nos diversos pontos de inquérito. São inquiridos informantes que tenham experiência da economia rural, razão pela qual se prioriza a escolha de informantes adultos, do sexo masculino. E para que se possa estabelecer áreas lingüísticas, é necessário alcançar certa densidade espacial, vale dizer, o número de pontos de inquérito deve ser representativo em relação ao território sob estudo. Constatou-se, assim, nesse gênero de levantamento, uma opção clara pelo léxico e pela horizontalidade (ALERS, 2002, v. 1, p. 17).

Apesar das críticas feitas por Thun (1998)¹⁰ à abordagem etnográfica monodimensional, não se pode negar que a amplitude espacial a ser buscada pelo ALERS atrelada à descrição de diversas variáveis (informantes tanto do sexo feminino como masculino, diferentes níveis de escolaridade e idades, etc.) tornaria a concretização do projeto inviável.

Vale ressaltar que não há estudos completos, ausentes de falhas e questionamentos; o importante é possibilitar a posterior teorização — sem perder, é claro, a criticidade — dos dados coletados e registrados pelo ALERS.

Os objetivos específicos do projeto ALERS são:

- 1.º - Registrar e organizar, sob forma de um atlas lingüístico-etnográfico, as variantes geolingüísticas — fônicas, morfossintáticas e semântico-lexicais — da língua portuguesa falada na área rural da Região Sul do Brasil, registradas em localidades representativas, segundo critérios previamente fixados.
- 2.º - Complementarmente, registrar e apresentar, sob forma ora cartográfica ora descritiva, as variantes de igual natureza, coletadas em 6 dos maiores aglomerados urbanos de Santa Catarina e Paraná e 7 no Rio Grande do Sul, perfazendo 19 na Região.
- 3.º - Nos pontos de inquérito, tanto rurais quanto urbanos, fazer o registro de discursos livres.
- 4.º - Em pontos de inquérito em meio rural, proceder ao registro de aspectos da cultura local: edificação, mobiliário, utensílios domésticos, vestuários, instrumentos de trabalho, instrumentos de música, jogos e brinquedos, crenças e superstições.
- 5.º - Constituir um banco de dados lingüísticos e etnográficos, mantido sob a forma de fitas magnéticas, disquetes e programas de computador, fichas gráficas, desenhos e fotografias, para subsidiar estudos sobre áreas lingüísticas e culturais da Região Sul do Brasil (ALERS, 2002, v. 1, p. 18).

Em média, para atingir tais objetivos, foram determinados instrumentos de coleta (entrevistas, questionários semântico-lexicais, morfossintáticos e fonético-fonológicos, levantamentos etc.), pontos de sondagem norteados por critérios quantitativos, distributivos, seletivos e identificatórios e foram selecionados informantes da zona rural.

¹⁰ Por questão de espaço, não é possível apresentar as críticas de Thun (1998, p. 702) à dialetologia monodimensional. Porém, trouxe-se à baila, a exemplo de ilustração, uma delas:

“La dialectología areal, monodimensional por tradición mayoritaria pero no por necesidad intrínseca, es una sociolingüística (y pragmática) limitada. La Sociolingüística, multi-dimensional por tradición pero reacia al espacio, es una dialectología limitada.

La Dialectología areal suele dar la preferencia como se sabe, a un solo tipo de informantes. No por eso dejan éstos de formar en su totalidad un conjunto social. Como tal, este conjunto convierte a la disciplina que se ocupa de él en ciencia social. Pero es una sociolingüística extremadamente limitada porque aun cuando admite a varios individuos como informantes, desatiende el contraste entre distintos grupos sociales”.

Na área rural, a escolha dos informantes incidiu sobre falantes que preenchessem os seguintes requisitos:

- 1) serem nascidos no local, preferencialmente de pais também aí nascidos;
- 2) terem, preferencialmente, idade entre 28 e 58 anos;
- 3) ser o cônjuge originários da mesma localidade ou, ao menos, do mesmo município;
- 4) serem preferencialmente analfabetos ou terem pouca escolaridade, no máximo 4.a série;
- 5) serem inteligentes e comunicativos;
- 6) não haverem vivido fora da localidade até os 20 anos, nem depois por mais de 6 meses;
- 7) não serem muito viajados;
- 8) apresentarem boas condições de fonação;
- 9) terem tempo e disposição para as entrevistas (ALERS, 2002, v. 1, p. 19).

Os dados a serem analisados a partir do ALERS, neste artigo, restringem-se aos pontos de sondagem catarinenses. Ao todo, foram sondados 53 municípios em que há o contato do português com o italiano e 13 municípios em que há o monolingüismo em português (ALERS, 2002, v. 1, p. 87).

Para a análise das palavras uniformes no contato português-italiano, foram eleitas como categorias o número de sílabas e a vogal temática (-e, -a, zero), procurando descrever tanto a alternância do gênero no português de contato com o italiano quanto em meio monolíngüe português. Foram verificadas as ocorrências da marcação masculino ou feminino nas palavras uniformes com o uso de gráficos comparativos, a partir dos dados cartografados no ALERS. Foram descritas cada palavra separadamente: *alface*, *alfinete*, *cal*, *chaminé*, *dó*, *gilete*, *sabonete*, *pá*, *saca-rolhas*, *fantasma*, *soja* e *tapa*, para, em seguida, ser feita a verificação das hipóteses levantadas, buscando uma explicação.

Análise e discussão dos dados

1. A descrição dos dados a partir do ALERS

Conforme os dados cartografados no ALERS (2002, v. 2, p. 206-207) acerca da alternância da palavra *alface*, tem-se a seguinte tabulação (Gráficos 1 e 2):

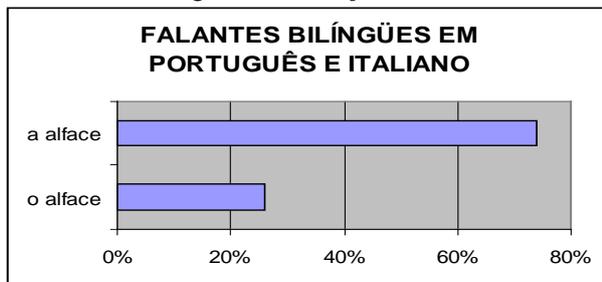


Gráfico 1 (ALERS, 2002, v. 2, p. 206-207).

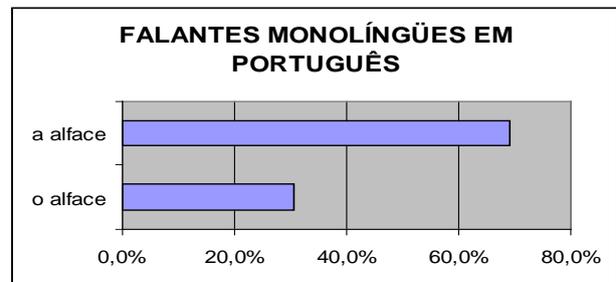


Gráfico 2 (ALERS, 2002, v. 2, p. 206-207).

O desvio da norma-padrão tanto no contato português-italiano (26,0%) quanto no monolingüismo em português (30,7%) não prevalece, ou seja, prevalece em ambos contextos o emprego de *alface* no gênero feminino (74,0% e 69,2% respectivamente), em conformidade com a regra instituída pela norma-padrão da língua portuguesa.

Segue-se a palavra *alfinete* (Gráficos 3 e 4):

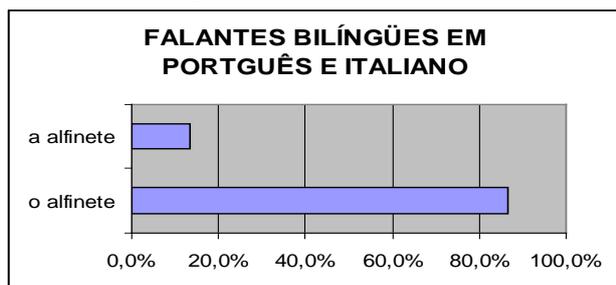


Gráfico 3 (ALERS, 2002, v. 2, p. 208-209).

Observação: (523)¹¹ o/a alfinete.

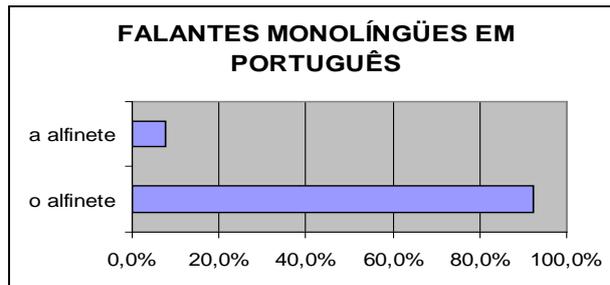


Gráfico 4 (ALERS, 2002, v. 2, p. 208-209).

A alternância de gênero masculino/feminino não contradiz a regra instituída pela norma-padrão, sendo 86,5% para a marcação de gênero no masculino em contexto bilíngüe e 92,3% para a marcação de gênero no masculino em contexto monolíngüe. Vale ressaltar que houve apenas uma ocorrência em contexto monolíngüe em português que não estivesse de acordo com a norma-padrão.

A seguir, a tabulação das ocorrências referentes à marcação de gênero da palavra *cal* (Gráficos 5 e 6):

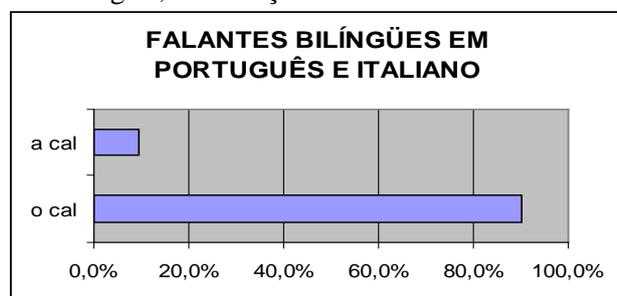


Gráfico 5 (ALERS, 2002, v. 2, p. 210-211).

Observação: (536) o/a cal.

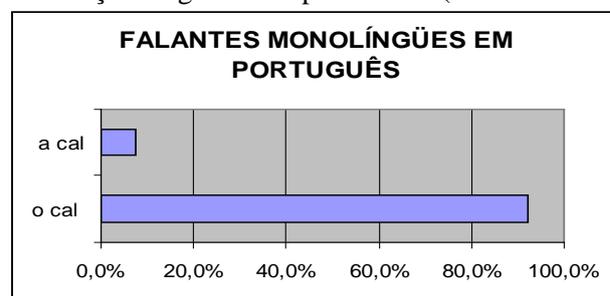


Gráfico 6 (ALERS, 2002, v. 2, p. 210-211).

Observação: (491) o/a cal.

A palavra *cal* possui uma marcação de gênero susceptível a dúvida, inclusive entre falantes do português, segundo Bechara (2004). A conformidade da marcação de gênero da palavra em questão no feminino, como institui a norma-padrão, constitui uma variante de menor ocorrência: 9,6% em contexto bilíngüe e 7,6% em contexto monolíngüe.

A seguir, a tabulação das ocorrências da marcação de gênero da palavra *chaminé* (Gráficos 7 e 8):

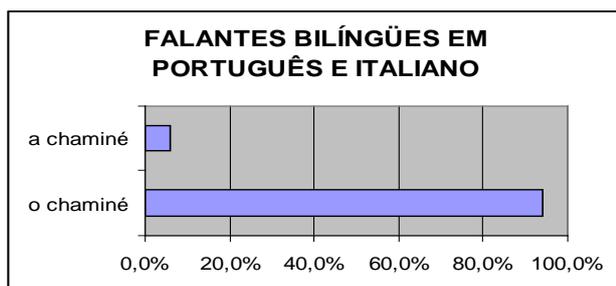


Gráfico 7 (ALERS, 2002, v. 2, p. 212-213).

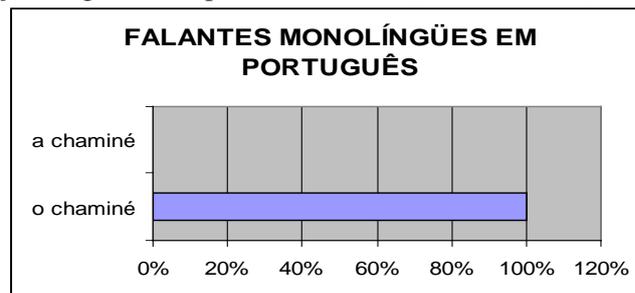


Gráfico 8 (ALERS, 2002, v. 2, p. 212-213).

Observação: (523) o/a chaminé.

O prevalecimento da marcação do gênero da palavra *chaminé* em masculino ocorre tanto no contato português-italiano (94,1%) quanto no monolingüismo em português (100%). Porém, é interessante ressaltar que não houve nenhuma marcação da palavra supracitada em feminino (0%) em se tratando do monolingüismo em português, desviando-se da regra instituída pela norma-padrão.

¹¹ O número entre parênteses indica a localidade em que ocorreu a manifestação linguística, conforme foi cartografado no ALERS (2002, v. 1, p. 87) (Figura1).

Prossigue a palavra *dó* (Gráficos 9 e 10):

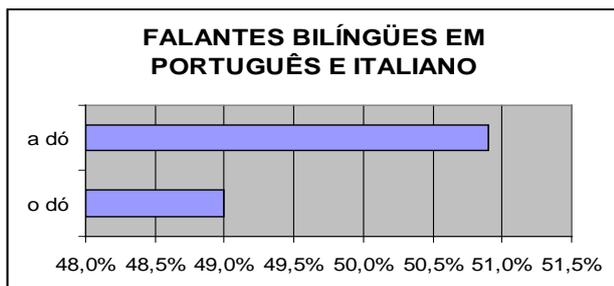


Gráfico 9 (ALERS, 2002, v. 2, p. 214-215).

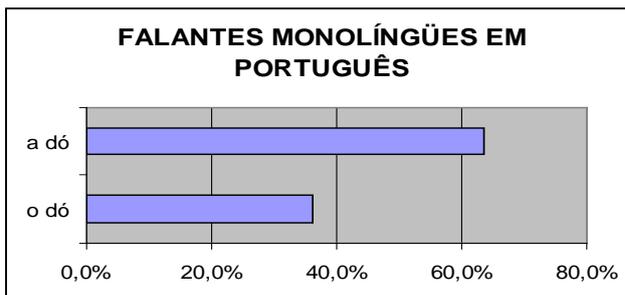


Gráfico 10 (ALERS, 2002, v. 2, p. 214-215).

Observação: (564) o/a dó.

No contato português-italiano, o número de ocorrências no masculino, que corresponde a 49,0%, e no feminino, que representa 50,9%, é muito próximo; porém, no monolingüismo em português, prevalece a marcação no feminino (63,6%), desviando-se da regra instituída pela norma-padrão da língua portuguesa.

A tabulação do número de ocorrências da palavra *gilete* segue-se (Gráficos 11 e 12):

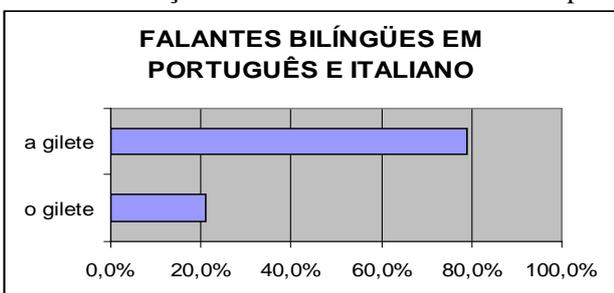


Gráfico 11 (ALERS, 2002, v. 2, p. 214-215).

Observação: (594) o/a gilete.

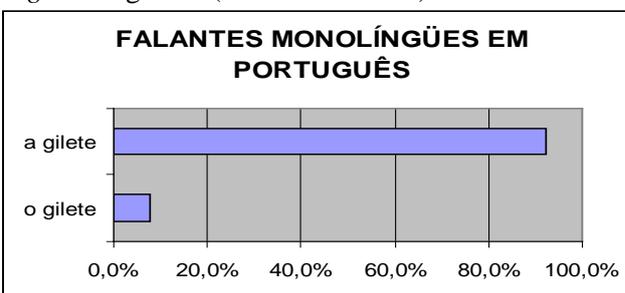


Gráfico 12 (ALERS, 2002, v. 2, p. 214-215).

Prevalece a marcação de gênero da palavra *gilete* no feminino tanto em contexto bilíngüe português-italiano (78,8%) quanto em contexto monolíngüe em português (92,3%). Somente neste contexto lingüístico, há uma ocorrência que contradiz o que institui a norma-padrão.

Abaixo encontra-se a tabulação das ocorrências da alternância de gênero masculino/feminino da palavra *sabonete* (Gráficos 13 e 14):

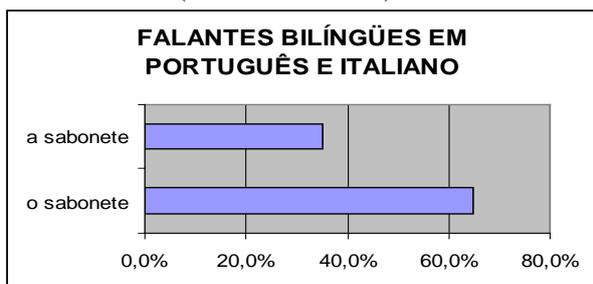


Gráfico 13 (ALERS, 2002, v. 2, p. 218-219).

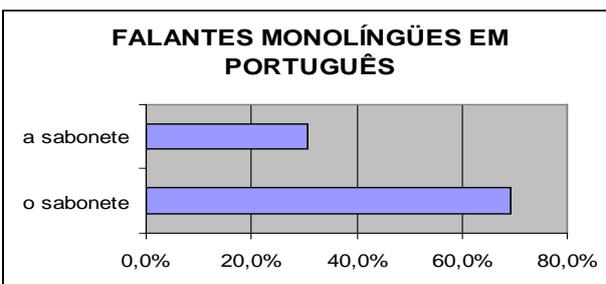


Gráfico 14 (ALERS, 2002, v. 2, p. 218-219).

Há uma conformidade da marcação do gênero da palavra *sabonete* no masculino em relação ao que institui a norma-padrão nos dois contextos lingüísticos: bilíngüe português-italiano (64,7%) e monolíngüe em português (69,2%).

A próxima palavra uniforme a ser verificada quanto ao gênero é *pá* (Gráficos 15 e 16):

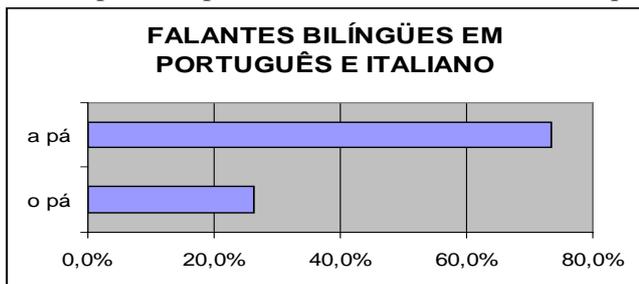


Gráfico 15 (ALERS, 2002, v. 2, p. 220-221).
Observação: (415) o/a pá.

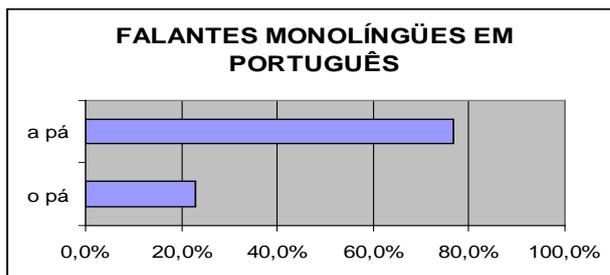


Gráfico 16 (ALERS, 2002, v. 2, p. 220-221).

Em se tratando da palavra *pá*, prevalece a marcação do gênero feminino tanto no contato português-italiano (73,5%) quanto no monolíngüismo em português (76,9%), não contradizendo, assim, a instituição prescritiva da norma-padrão.

A seguir, tem-se a tabulação das ocorrências referentes à alternância de gênero da palavra *saca-rolhas* (Gráficos 17 e 18):

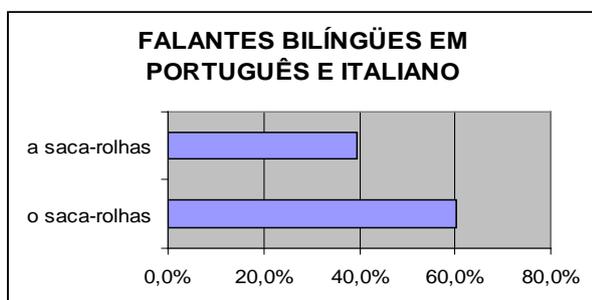


Gráfico 17 (ALERS, 2002, v. 2, p. 222-223).
Observações: (594) a/o saca-rolhas.
(429) o/a saca-rolhas.

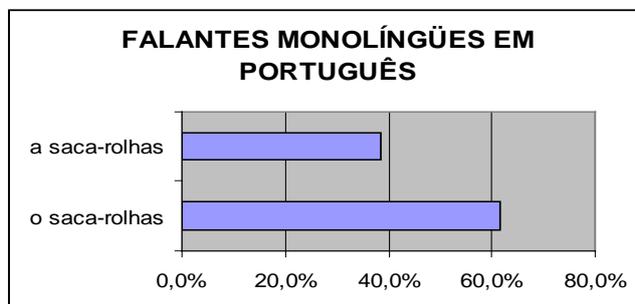


Gráfico 18 (ALERS, 2002, v. 2, p. 222-223).

Há o prevalectimento da marcação do gênero da palavra *saca-rolhas* no masculino tanto em contexto bilíngüe português-italiano (60,3%) quanto em contexto monolíngüe (61,5%).

A palavra *fantasma* é a subsequente (Gráficos 19 e 20):

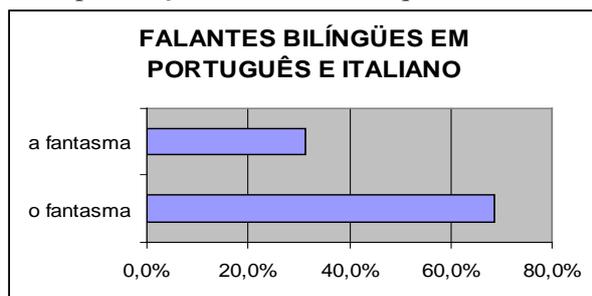


Gráfico 19 (ALERS, 2002, v. 2, p. 224-225).
Observações: (492) (519) (551) a/o fantasma.

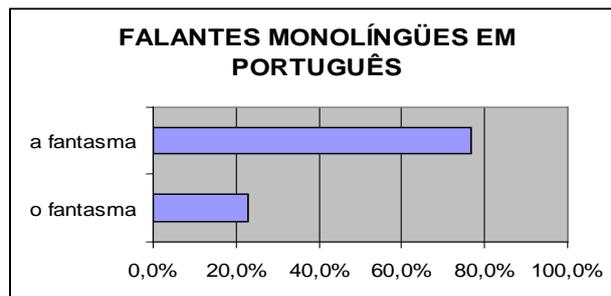


Gráfico 20 (ALERS, 2002, v. 2, p. 224-225).
Observação: (594) o/a fantasma.

É interessante destacar que, no contexto bilíngüe português-italiano, há o prevalectimento da variante no masculino (68,6%), conforme a regra prescrita pela norma-padrão. No entanto, em contexto monolíngüe português, há o desvio da regra: a marcação no feminino prevalece (76,9%).

A penúltima palavra a ser cartografada no *ALERS*, quando se descreve a alternância de gênero masculino/feminino, é *soja* (Gráficos 21 e 22):

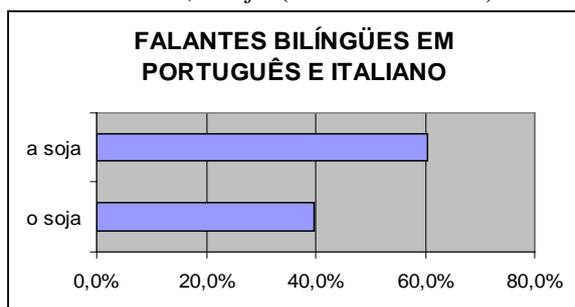


Gráfico 21 (ALERS, 2002, v. 2, p. 226-227).
Observação: (406) (523) o/a soja.

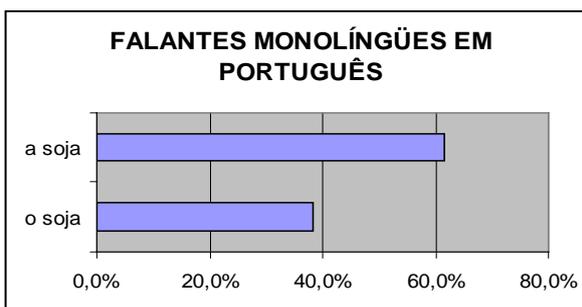


Gráfico 22 (ALERS, 2002, v. 2, p. 226-227).

A marcação de gênero da palavra *soja* no feminino está em conformidade com regra instituída pela norma-padrão nos dois contextos descritos acima: bilíngüe (português-italiano) (60,3%) e monolíngüe (português) (61,5%).

Por fim, a última palavra cartografada no *ALERS*, em se tratando da marcação de gênero masculino/feminino: *tapa* (gráficos 23 e 24):

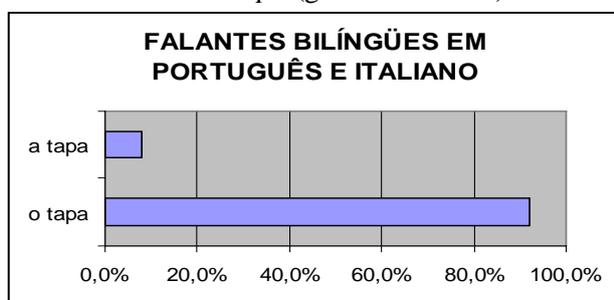


Gráfico 23 (ALERS, 2002, v. 2, p. 226-227).
Observação: (551) o/a tapa.

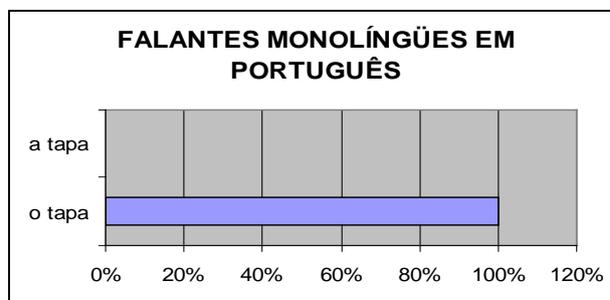


Gráfico 24 (ALERS, 2002, v. 2, p. 226-227).

Conforme Bechara (2004), a palavra uniforme *tapa* possui uma marcação de gênero indiferente, no entanto prevalece, tanto em contexto bilíngüe português-italiano (92,1%) quanto em contexto monolíngüe em português (100%), o gênero masculino. É interessante destacar que, neste contexto, não há nenhuma marcação no gênero feminino (0%). A indiferença de marcação de gênero ocorre somente em contexto bilíngüe, numa única localidade (Florianópolis).

Feita a descrição a partir do *ALERS*, prosseguem-se explicações possíveis.

2. Explicações possíveis da alternância do gênero masculino/feminino no contato português-italiano em Santa Catarina

A marcação de gênero das palavras uniformes, com base em Bechara (2004), é arbitrária, pois não é regra geral que uma palavra com vogal temática *-a* seja feminina. A partir dos dados cartografados no *ALERS* (2002, v. 2) e das tabulações feitas na seção anterior em relação às palavras uniformes, pode-se tentar explicar como se dá a alternância do gênero masculino/feminino no contato português-italiano em Santa Catarina.

Em relação ao número de sílabas, têm-se três monossílabos (*cal*, *dó* e *pá*), dois dissílabos (*soja* e *tapa*), quatro trissílabos (*alface*, *chaminé*, *gilete* e *fantasma*) e três polissílabos (*alfinete*, *sabonete*, *sacacrolhas*). Dentre os três monossílabos, as palavras *cal* e *dó*, segundo Bechara (2004), suscitam dúvida ao falante em relação à marcação de gênero em feminino ou masculino. Conforme a norma-padrão, a palavra uniforme *cal* é feminina e a palavra uniforme *dó* é masculina, no entanto, os falantes bilíngües em italiano e português marcam ambas no masculino (Gráficos 5 e 6, 9 e 10), desviando-se da regra instituída pela norma-padrão apenas quando fazem uso da palavra *dó*.

Vale ressaltar que a marcação de gênero da palavra *cal* no masculino (90,3% em contexto bilíngüe e 92,3% em contexto monolíngüe), feita por tais falantes, constitui a variante predominante. Quanto à palavra *dó*, não se pode dizer que a marcação de gênero no feminino — que contradiz a norma-padrão — constitui

uma variante predominante, pois a variante no feminino corresponde a 50,9% e no masculino representa 49,0% em contexto bilíngüe. Por fim, a marcação de gênero da palavra *pá* (Gráficos 15 e 16) está em conformidade com a regra instituída pela norma-padrão, ou seja, a variante predominante denota o feminino (73,5% em contexto bilíngüe e 76,9% em contexto monolíngüe), estando de acordo com a norma.

As palavras monossílabas *pá*, *cal* e *dó* são atemáticas; e, de um modo geral, tendem a ser marcadas no feminino, pois somente no caso do segundo monossílabo prevalece a marcação de gênero no masculino tanto em contexto bilíngüe (90,3%) quanto em contexto monolíngüe (92,3%) (Gráficos 5 e 6). A marcação dos monossílabos supracitados, em se tratando de falantes monolíngües em português, a alternância do gênero masculino/feminino se confirma, ou seja, o prevalectimento das variantes em contexto bilíngüe se repete em contexto monolíngüe. Porém, há localidades em que não é possível perceber o prevalectimento de uma variante. A palavra *cal* (Gráficos 5 e 6) tanto numa localidade de contexto bilíngüe quanto numa localidade em contexto monolíngüe é marcada indistintamente no masculino ou no feminino. Já a palavra *dó* (Gráficos 9 e 10) somente em contexto monolíngüe a marcação de gênero é indistinta e a palavra *pá* (Gráficos 15 e 16) a indistinção ocorre em contexto bilíngüe.

Os dissílabos *soja* (Gráficos 21 e 22) e *tapa* (Gráficos 23 e 24) são marcados quanto ao gênero no feminino tanto em contexto bilíngüe (para a palavra *soja*, a variante no feminino corresponde a 60,3% e, para a palavra *tapa*, a variante no feminino representa 7,8%) quanto em contexto monolíngüe (para a palavra *soja*, a variante corresponde a 61,5% e, para a palavra *tapa*, a variante no feminino representa 0%). Tomando como base a norma-padrão da língua portuguesa, há uma coerência entre a variante predominante e a regra quando se observa a tabulação das frequências de gênero da palavra *soja*, pois, em situação de uso e em situação prescritiva, tal palavra é marcada no feminino, havendo duas localidades de marcação de gênero indistinta. Já em relação à palavra uniforme *tapa* e segundo Bechara (2004), a marcação de gênero é indistinta, isto é, pode ser tanto no feminino quanto no masculino. Porém, em ambos contextos lingüísticos, bilíngüe (92,1%) e monolíngüe (100%), prevalece a variante no masculino. Cabe salientar que os falantes monolíngües em português, em nenhum caso, marcaram a palavra *tapa* no feminino (0%); somente numa localidade há o uso indistinto.

A predominância da variante dos trissílabos *alface* (Gráficos 1 e 2) e *gilete* (Gráficos 11 e 12) adequa-se à norma-padrão, sendo o primeiro e o segundo marcados no feminino (em relação à palavra *alface*, 74,0% em contexto bilíngüe e 69,2% em contexto monolíngüe; e, em relação à palavra *gilete*, 78,8% em contexto bilíngüe e 92,3% em contexto monolíngüe). Já a variante *fantasma* (Gráficos 19 e 20) está de acordo com a norma-padrão somente em contexto bilíngüe (68,6%), pois, em contexto monolíngüe, prevalece a variante no feminino (76,9%). Pode-se dizer que, em se tratando de palavras trissílabas com vogal temática *-e*, há uma tendência em se marcar o gênero no feminino. Já em relação à palavra trissílaba *fantasma*, apesar de haver uma maior tendência em marcar quanto ao gênero no feminino (BECHARA, 2004), especialmente, quando se abordam palavras biformes, tal tendência não se confirma neste caso.

O trissílabo *chaminé* (Gráficos 7 e 8) é atemático e não segue a tendência dos monossílabos anteriormente discutidos (*dó* e *pá*), os quais as variantes no feminino prevalecem. Predomina-se a variante no masculino em ambos contextos lingüísticos: 94,1% em contexto bilíngüe e 100% em contexto monolíngüe. Além disso, quanto às palavras uniformes *chaminé* (Gráficos 7 e 8), *gilete* (Gráficos 11 e 12) e *fantasma* (Gráficos 19 e 20), há localidades no contato português-italiano em que são empregadas indistintamente as marcações de gênero masculino/feminino. Somente em relação à palavra uniforme *fantasma*, há o emprego indistinto do gênero masculino/feminino em contexto monolíngüe em português.

Por fim, as palavras polissílabas *alfinete* (Gráficos 3 e 4), *sabonete* (Gráficos 13 e 14) e *saca-rolhas* (Gráficos 17 e 18) são marcadas no masculino no contexto bilíngüe (para a palavra *alfinete*, 86,5%; para a palavra *sabonete* 64,7%; e, para a palavra *saca-rolhas*, 60,3%) e monolíngüe (para a palavra *alfinete*, 92,3%; para a palavra *sabonete*, 69,2%; e, para a palavra *saca-rolhas*, 61,5%), apesar de se supor uma tendência da marcação no feminino, quando os vocábulos possuem vogal temática *-e* ou *-a*. Há também emprego indistinto do gênero masculino/feminino em se tratando das palavras *alfinete* e *saca-rolhas* em contexto bilíngüe somente.

De um modo geral, afirmar que as palavras de vogal temática *-e* e *-a* são marcadas quanto ao gênero no feminino não é possível, como se pode observar no prevalectimento da variante no masculino nas palavras *alfinete* (Gráficos 3 e 4), *gilete* (Gráficos 11 e 12), *sabonete* (Gráficos 13 e 14), *saca-rolhas* (Gráficos 17 e 18), *fantasma* (Gráficos 19 e 20). Somente as palavras *alface* (Gráficos 1 e 2) e *soja* (Gráficos 21 e 22) marcam-se no feminino. Portanto, em palavras uniformes com vogal temática *-e* e *-a*, não há uma tendência em marcar-se o gênero no feminino.

Pode-se dizer que as palavras monossílabas atemáticas tendem a ser marcadas no feminino, como: *pá* (Gráficos 15 e 16) e *cal* (Gráficos 5 e 6). A palavra uniforme atemática *dó* (Gráficos 9 e 10) é marcada no

masculino. Quanto à palavra *tapa* (Gráficos 23 e 24), que, segundo Bechara (2004), possui uma marcação de gênero indiferente, prevaleceu a variante no masculino.

Considerações finais

Em princípio, supôs-se que, em Santa Catarina, houvesse uma tendência em marcar no feminino as palavras de vogal temática *-e* e *-a*. Porém, dentre os doze substantivos cartografados no ALERS, apenas as palavras *alface* (Gráficos 1 e 2) e *soja* (Gráficos 21 e 22) marcam-se no feminino, enquanto as palavras uniformes *alfinete* (Gráficos 3 e 4), *gilete* (Gráficos 11 e 12), *sabonete* (Gráficos 13 e 14), *saca-rolhas* (Gráficos 17 e 18) e *fantasma* (Gráficos 19 e 20) são marcadas no masculino. A palavra uniforme atemática *dó* (Gráficos 9 e 10) é marcada no feminino, apesar da norma-padrão instituir sua marcação de gênero no masculino. E em relação à palavra uniforme atemática *cal* (Gráficos 5 e 6), há o prevalectimento da variante no masculino, contradizendo a regra estipulada pela norma-padrão.

Mesmo considerando dois contextos lingüísticos catarinenses — bilíngüe português-italiano e monolíngüe em português —, a variante que prevalece numa situação se mantém na outra, exceto a palavra *fantasma* (Gráficos 19 e 20): a variante no masculino (68,6%) prevalece em contexto bilíngüe e a variante no feminino (76,9%) prevalece em contexto monolíngüe. Desta forma, não é possível, com base nos dados analisados, atribuir ao italiano a alternância de gênero em contexto de contato italiano-português em Santa Catarina. Vale ressaltar que doze palavras uniformes (*alface*, *alfinete*, *cal*, *chaminé*, *dó*, *gilete*, *sabonete*, *pá*, *saca-rolhas*, *fantasma*, *soja* e *tapa*) cartografadas no ALERS não são suficientes para estender as observações feitas para outros contextos lingüísticos. No entanto, pode-se dizer que a arbitrariedade é uma constante em se tratando da marcação de gênero em língua portuguesa, o que se confirma com os dados coletados em Santa Catarina.

Referências bibliográficas

APPEL, René; MUYSKEN, Pieter. Introduction: bilingualism and language contact. In: _____.; _____. *Language contact and bilingualism*. London; New York: Arnold, 1992. p. 1-9.

Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS). Organização de Walter Koch, Mário Silfredo Klassmann e Cléo Vilson Altenhofen. Porto Alegre; Florianópolis; Curitiba: Ed. UFRGS; Ed. UFSC; Ed. UFPR, 2002. v. 1. Introdução; v. 2. Cartas fonéticas e morfossintáticas.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do ALERS. In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 115-145.

_____. Política lingüística, mitos e concepções lingüística em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *RILI II (Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana)*. 2004, 1 (3). p 83-93.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Obra em 19 fascículos semanais encartados na *Folha de São Paulo*, de outubro de 1994 a fevereiro de 1995.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística românica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MACKEY, William F. The description of bilingualism. In: FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Reading in the sociology of language*. 3. ed. Monton: The Hague, 1972. p. 554-584.

MARGOTTI, Felício Wessling. (1991). Projeto número 19: Alternância do gênero em três comunidades catarinenses etnicamente distintas. In: VOTRE, Sebastião; MARGOTTI, Felício W.; VANDRESEN, Paulino (coords.). *Cadernos de pesquisa no projeto VARSUL*. Caderno 1: Projetos individuais. Primeiro Seminário de Pesquisas no Projeto Variação Lingüística Urbana na Região Sul. Florianópolis: Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. p. 169-177.

_____. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no Sul do Brasil*. Porto alegre: UFRGS, 2004. 330 p. (Tese de doutorado).

_____.; VIEIRA, Hilda Gomes. Indicadores de áreas lexicais em Santa Catarina: subsídios para políticas de ensino de língua portuguesa. In: GÖRSKI; Edair M.; COELHO, Izete L. (orgs.). *Sociolingüística e ensino: algumas contribuições*. Florianópolis: no prelo.

THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay) In: *International Congress of Romance Linguistics and Philology. Atti del XXI Congresso Internazionale di Lingüística e Filologia Romanza*, realizado entre os dias 18 e 24 de setembro de 1995. Organização de Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 701-719.